



MUDANÇA RADICAL

Dia 1º de janeiro, com a posse das/os novas/os parlamentares, o Congresso Nacional renovou cerca de 80% de sua bancada. Mais do que caras novas a transitar e trabalhar na Casa, teremos idéias novas para conhecer e muito trabalho para que as/os estreadas entendam as demandas do movimento de mulheres. Na legislatura passada, havia apenas três senadoras eleitas para um total de 81 vagas. Agora, são cinco. Entre estas cinco, três já trabalharam como professora em seus estados de origem, e a idade média desta bancada feminina está situada em 48 anos. Na Câmara são 33 deputadas federais, num total de 513 parlamentares. Na legislatura passada, foram 28 mulheres. Antes da eleição de 3 de outubro, 19 das 33 deputadas federais trabalharam como professora. A idade média da bancada está situada em 46 anos. Nas páginas 3, 4, 5 e 6 publicamos o perfil das parlamentares, a partir de pesquisa realizada pela empresa **Guria- Informação e Sistemas**, com sede em Brasília, que integra o “**Projeto Perfis**”, com dados sobre todos os parlamentares Congresso Nacional e dos integrantes dos governos federal e estaduais, reunindo cerca de 1.200 nomes. Interessados em obter outras informações do “**Projeto Perfis**”, podem entrar em contato com a empresa nos telefones (061) 225.6524 ou 322.2698. Abaixo, um flagrante da posse no Congresso Nacional.

• Nas páginas 3, 4, 5 e 6 o perfil das mulheres eleitas para o Congresso Nacional. •

• **LEI:** Vários Projetos de interesse do movimento de mulheres já viraram lei. Outros estão quase lá. Página 12.

• **COPENHAGUE:** Saiba como participar do Fórum de ONGs sobre Desenvolvimento Social. Página 7.

• **AGENDA:** Tudo que aconteceu de importante e ainda acontecerá. Página 4.

• **PEQUIM '95:** Eventos programados em todo o País para discutir a Conferência Internacional sobre a mulher. Páginas 8, 9, 10 e 11.



Senadora Marina Silva (PT/AC) ao assumir no Congresso Nacional, dia 1º de fevereiro

Editorial

O ano de 1995 traz uma pauta bem recheada para o movimento de mulheres, e vai exigir muito do nosso esforço. No âmbito do Congresso, a Reforma da Constituição, há tempos discutida, é um dos pontos centrais da agenda política. Dentro disto, a Previdência Social, com certeza estará entre os primeiros itens a serem apreciados pelos parlamentares, até porque o Presidente Fernando Henrique submeteu o aumento do salário-mínimo à aprovação desta Reforma. A proposta do governo elimina o direito da mulher a aposentadoria diferenciada, ou seja, o direito de aposentar-se por idade ou por tempo de serviço cinco anos antes dos homens.

A regulamentação da Constituição é outro item que está na nossa pauta desde 1988, e que se pretende, avance a passos mais largos. A exemplo do que vem ocorrendo desde a Constituinte, a bancada feminina, agora com 38 mulheres, deve desempenhar um papel importante na evolução deste quadro.

Já ao nível do governo federal, há que se definir o espaço político que a questão da igualdade e dos direitos da mulher terá dentro do Executivo. A proposta de um Programa de Igualdade e Direitos da Mulher, a ser executado numa Secretaria Especial da Presidência da República, vem sendo negociada com o governo pela ex-Senadora Eva Blay com o apoio de organizações de mulheres.

A Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras Rumo à Pequim'95, a realizar-se em maio, no Rio de Janeiro, consolidará os esforços de articulação do movimento de mulheres ao nível nacional, num exercício que consiste em avaliar a última década do ponto de vista da mulher e traçar as estratégias e perspectivas até o ano 2000.

Cúpula

Uma proposta "paralela": tema para reflexão

O governo brasileiro, em parceria com ONGs, realizou diversas reuniões para discutir os temas que serão levados à Cúpula Mundial de Copenhague sobre Desenvolvimento Social, de acordo com a pauta proposta pela ONU. As ONGs também tomaram a iniciativa de promover debates para enriquecer a participação do Brasil no encontro "paralelo" da Cúpula. Um deles foi realizado pelo CEBRAP, em São Paulo, dias 15 e 16 de setembro, e resultou num relatório básico que norteará as discussões da representação brasileira, com redação final de Elisa L. Caillaux.

O documento observa que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro teve como característica o modelo de substituição de importações e de industrialização protegida, baseada numa força de trabalho abundante, pouco qualificada e reprimida; em recursos naturais abundantes, porém pouco protegidos; em existência de energia farta, barata e subsidiada; na baixa carga fiscal sobre ganhos de capital e no protecionismo estatal, gerando um economia complexa calcada na baixa competitividade.

A partir desta análise preliminar, aqui resumida, o relatório aponta o avanço da pobreza crítica - entendida como a condição sócio-familiar na qual as necessidades básicas não são atendidas, considerando-se, nesta situação, as famílias com rendimento per capita até um quarto de salário mínimo.

Em 1990, havia 39,2 milhões de pobres no Brasil, o que representava 27% da população. A incidência de pobreza variava de 69% no Nordeste rural, a 6% na Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, a desigualdade medida pela relação entre pobres e não-pobres não era menor no Nordeste rural do que na Grande

São Paulo.

Dentre as políticas públicas voltadas para minorar a pobreza no País, se destacam os programas nutricionais e alimentares dirigidos ao grupo materno-infantil, a merenda escolar e a obtenção de pensões e aposentadorias para pessoas de 60 anos de idade ou mais (NR: esta legislação pode ser modificada pelo atual governo).

Embora longe de serem universais, esses programas apontam para uma cobertura abrangente dos vários níveis e tipos de pobres, principalmente no Sul e Sudeste. Os programas sociais voltados, sobretudo, para a distribuição gratuita de alimentos e o acesso de crianças pobres a creches atingem uma parcela restrita da população.

Tome nota

Copenhague

Para participar do Fórum de ONG's da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, convocado pelas Nações Unidas (ONU), para o período de 6 a 12 de março, em Copenhague, Dinamarca, é necessário entrar em contato com a organização não governamental Liaison Officer of the Secretariat of de World Summit for Social Development, Room DC2-1372, United Nations, New York, NY 10017, Estados Unidos da América. Fone (212) 963.1957; fax (212) 963.3062. Durante os primeiros cinco dias da reunião, acontece a programação oficial do evento. Os demais dias foram reservados para debates, oficinas e apresentação de painéis pelas organizações não governamentais (ONGs) regularmente inscritas.

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 602 - Brasília, DF

Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Projeto - DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável:

Marlene Libardoni, Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês e Malô Ligocki.

Conselho Consultivo:

Parlamentares: Deputada Benedita da Silva, Jandira Feghali, Luci Choinacki, Maria Luiza Fontenele, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadora Marluce Pinto e Senador José Paulo Bisol.

Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Concenza,

Helelieth Saffioti, Lídice da Mata, Maranh Régia, Maria Benenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro e Zulaiê Cobra Ribeiro.

Comitê de Especialistas:

Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô Moraes, Paole Capellin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Conselho Editorial: Guacira César de Oliveira, Gilda Cabral e Malô Ligocki

Jornalista: Márcia Turcato; Reg. 4553/15/91 RS

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Braziliense

Apoio: FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO MAC ARTHUR

Encarte Fêmea - Penúltim '95

Apoio: Fundação MacArthur e



Câmara

As Mulheres Eleitas

Alzira Ewerton (PPR/AM); Advogada e Professora
Faz sua estréia na política partidária. É tida pela imprensa amazonense como magistrada conservadora e deverá manter essa postura como parlamentar. Filiada ao PPR desde 1993, já foi chefe do Serviço Jurídico na LBA em Manaus, e juíza de direito no Tribunal de Justiça Eleitoral no Estado.

Ana Júlia Carepa (PT/PA); Arquiteta e Professora

Ex-vereadora, é a segunda mais votada do PT, com 31.108 votos. Elegeram-se com apoio dos bancários do Estado. Na Câmara e no Congresso pretende priorizar as áreas sindical, trabalho, estatais e serviço público, Amazônia e direitos das mulheres. Ingressou na política partidária através do PT, filiando-se ao partido em 1982. Dez anos depois, elegeram-se vereadora em Belém com 2.092 votos. Chegou a líder da bancada na Câmara Municipal em 1994. Começou sua militância atuando no movimento estudantil universitário. Em 1980, foi presidente do Centro Acadêmico de Arquitetura. Participou do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, em Belém, tendo integrado, em 1979, a coordenação da entidade. De 1981 a 1982, também atuou no Movimento pelo Direito de Morar Bem.

Ceci Cunha (PSDB/AL); Médica e Professora

Vereadora de Arapiraca por dois mandatos consecutivos, foi bem votada nas regiões do agreste, semi-árido e sertão de Alagoas. Antes de ingressar no PSDB em 1990, esteve filiada ao PFL de 1976 a 1990. Foi vice-presidente dos diretórios municipal e estadual do PSDB. Professora de inúmeros colégios públicos e particulares do Estado. Tem um livro publicado.

Célia Mendes (PPR/AC); Economista

Defende a reeleição do Presidente da República por mais um mandato. Na legislatura de 1991-1994 votou contra o impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Também foi contra a criação do Fundo Social de Emergência. É formada em Economia pela Universidade Federal do Acre. Deverá atuar com as bancadas de comunicação e ruralista na Câmara.

Cidinha Campos (PDT/RJ); Radialista e Atriz

Tornou-se nacionalmente conhecida no governo Collor, quando denunciou o então Ministro do Trabalho e Previdência, Antônio Rogério Magri, por receber suborno. No mesmo período, fez uma série de denúncias contra o INSS. Em 1990, foi a deputada federal mais votada no Estado, com 304.593 votos. Social-democrata, é presidencialista convicta. A favor da nacionalização do subsolo, defende a manutenção de 120 dias para a licença-maternidade e a gratuidade do ensino superior público. É contra as medidas provisórias e à reeleição do Presidente da República por mais um mandato. Votou sistematicamente contra o ex-presidente Fernando Collor, inclusive trabalhou em plenário, nos bastidores e nas rádios e jornais fluminenses pelo impeachment. Também aprovou a proposta de 100 dólares para o salário mínimo e a criação do IPMF. Rejeitou o Fundo Social de Emergência e o fim do voto obrigatório.

Dolores Nunes (PP/TO); Advogada

Primeira mulher a assumir uma cadeira na Câmara Federal por Tocantins, foi fundadora do Partido Social Trabalhista (PST), migrando depois para o PTR e agora para o PP. Ajudou a fundar o MDB e o PMDB na cidade de Gurupi. No seu currículo, o destaque fica por conta da luta pela criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi. Nas primeiras eleições de Tocantins (1989), alcançou 14 mil votos, ficando na primeira suplência.

Elcione Barbalho (PMDB/PA); Pedagoga e Assistente-Social

Ex-mulher de Jader Barbalho. Estréia na política como a mais votada do PMDB e do Pará. Seu projeto político inclui disputar a Prefeitura de Belém em 1996. Filiada ao PMDB desde 1981, resolveu entrar na política partidária, depois de uma série de funções no Governo do Pará. Na iniciativa privada, foi supervisora educacional da Jonhson & Jonhson do Brasil em Belém, diretora de educação e cultura do Sesi local e diretora administrativa e financeira do jornal Diário do Pará e da Rede Brasil Amazônia de Televisão Ltda.

Esther Grossi (PT/RS); Professora e Pedagoga

Esther Grossi ficou conhecida pelo elogiado trabalho à frente da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre na administração Olívio Dutra. Defensora do sistema construtivista, no qual o aluno constrói seu próprio conhecimento com a mediação do professor, ela foi responsável pela implantação do método pedagógico nas escolas municipais da capital gaúcha, desenvolvendo um trabalho de alfabetização na periferia que acabou sendo premiado e adotado pelo Unicef. Agora no Congresso deverá integrar as bancadas educação e feminista. Com mestrado em Matemática e doutorado em Psicologia da Inteligência pela Universidade de Paris, Esther Grossi publicou dez livros. Está filiada ao PT desde 1983.

Fátima Pelaes (PFL/AP); Socióloga, Funcionária-Pública

Eleita pela coligação PTB/PFL/PSD/PMDB, a deputada Fátima Pelaes é, pela segunda vez consecutiva, a candidata mais votada do Estado do Amapá à Câmara Federal. Filiada ao PFL desde fevereiro de 1986, após o Plano Real e retorna ao Congresso defendendo a união da bancada amapaense para levar o desenvolvimento ao Estado. Na legislatura 1991-1994, a deputada relatou o projeto de lei que regulamenta o planejamento familiar e atuou em defesa dos direitos da mulher. Votou favorável ao impeachment do presidente Collor; ao redutor para salários; ao aumento do Imposto de Renda para empresas; à criação do IPMF; ao fim da correção para dívidas agrícolas; a criação do Fundo Social de Emergência e ao conceito de empresa nacional. Lutou, arduamente, para a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social. Integra a bancada-previdência e também atua na bancada-saúde.

Jandira Feghali (PCdoB/RJ); Médica

Preocupada com a defesa dos interesses dos trabalhadores e das mulheres, integra as bancadas-saúde e feminista da Câmara. Parlamentarista, é contra a independência do Banco Central e ao uso de medidas provisórias. Defende a unificação do salário mínimo e a manutenção da Previdência Social pública. Apóia a reeleição do Presidente da República, mas condiciona seu apoio à mudança do sistema de governo. Iniciou a militância política quando era estudante de Medicina e engajou-se na luta salarial dos médicos residentes, em 1978. Vota sistematicamente a favor das propostas progressistas, como o salário mínimo de 100 reais. Trabalhou incansavelmente pela aprovação do impeachment de Fernando Collor. Foi relatora dos projetos de lei sobre aborto e teve destacada atuação em defesa dos direitos da mulher. Integra o Conselho Consultivo do Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA. É incançável na luta contra a a reforma constitucional.

Laura Carneiro (PP/RJ); Advogada e Funcionária-Pública

Foi secretária de Serviços Sociais de Prefeitura do Rio na gestão de César Maia, do PMDB. Elegeram-se vereadora pelo PSDB em 1992, mas logo abandonou o partido, filiando-se ao PP do ex-governador paraense Álvaro Dias. Para assumir seu primeiro mandato federal, renunciou à Câmara Municipal. Entre outras atividades inerentes ao mandato de vereadora, foi presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Frente Social dos Municípios Fluminenses, ambos entre 1993 e 1994.

Lídia Quinan (PMDB/GO); Empresária e Enfermeira

Campeã de votos na eleição de 1994. Ex-primeira dama do Estado de Goiás, é casada com o ex-governador e senador Onofre Quinan e exerce, pela primeira vez, um cargo eletivo. A deputada eleita deve integrar a bancada-evangélica. Presidiu a Fundação Legionárias do Bem-Estar Social de Goiás entre 1986 e 1987 e é integrante do corpo de voluntárias da Associação de Combate ao Câncer no Estado, devendo, por isto, integrar também a bancada-saúde. Como uma executiva atuante, a deputada foi vice-presidente do Conselho Permanente da Mulher Executiva de Anápolis.

Márcia Cibilib Viana (PDT/RJ); Professora e Economista

Em 1986, assumiu a suplência na Câmara dos Deputados, com a saída de parlamentares do partido. Como ex-Constituinte não recebeu nota do DIAP por não ter participado dos trabalhos em plenário. Durante o primeiro governo Brizola, foi diretora da Fundação de Amparo à Pesquisa e Cieps. Assumiu efetivamente o primeiro mandato em janeiro de 1989. Aprovou o impeachment de Collor, a criação do IPMF e a proposta de 100 dólares para o salário mínimo. Socialista, é presidencialista e defende a manutenção do monopólio da União. É contra a reeleição do presidente da República por mais um mandato e contra a revisão constitucional.

Márcia Marinho (PSC/MA); Médica

Estreante na política, é a única mulher entre os 18 representantes do Maranhão na Câmara. Projetou-se rapidamente como uma nova liderança política regional. Formou-se em Medicina na Universidade Federal do Maranhão, em 1987, e especializou-se em Pediatria, em Brasília. Vai integrar a bancada-saúde.

Maria da Conceição Tavares (PT/RJ); Economista e Professora

Economista de destaque nacional, no Plano Cruzado de José Sarney, apostou que ele ia dar certo e chorou na televisão ao apoiá-lo. Por esse apoio ostensivo e público, acabou celebrizada como a musa do Cruzado. Integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1986-1989). No lançamento do Plano Real, duvidou que ele pudesse se manter por muito tempo. Estréia na política como a segunda mais votada de uma bancada de três petistas. É filha de um anarquista e de uma religiosa convicta.

Maria Elvira (PMDB/MG); Empresária e Jornalista

Chega à Câmara Federal depois de ter cumprido dois mandatos consecutivos de deputada estadual - 1987 a 1990 e 1991 a 1994. Filiada ao PMDB desde 1985, alcançou a vice-presidência regional da legenda em 1989. Integra o Diretório Nacional e a Comissão Nacional de Meio Ambiente do partido desde 1992. Na Assembléia Legislativa, foi líder do governo peemedebista Newton Cardoso em 1987. Foi conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no período de 1985 a 1989.

Maria Laura (PT/DF); Professora, Assistente-Social e Socióloga

Funcionária pública, Maria Laura integra no PT a corrente radical do partido. Dirigi o Sindicato dos Servidores Públicos Federais do DF desde a sua criação, em 1987, até março de 1990. Em seu primeiro mandato, a parlamentar caracterizou-se por sua oposição ao governo Collor combatendo a reforma administrativa e como a principal defensora dos servidores públicos. Integra a bancada-sindicalista. Foi favorável ao impeachment de Collor, ao reajuste dos deputados, ao salário mínimo de 100 dólares, ao aumento do Imposto de Renda para pessoa física e ao fim do voto obrigatório. Votou contra o redutor de salários e a criação do IPMF. Ela defende o Regime Jurídico Único para o funcionalismo público, a isonomia entre os Três Poderes e o amplo direito de greve para os servidores públicos. Vota a favor da ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos e das mulheres, sendo atuante da bancada-feminista.

Maria Valadão (PPR/GO); Advogada e Empresária-Rural

Considerada liberal-conservadora, a parlamentar atribui sua reeleição a política assistencialista que vem desenvolvendo em Goiás. Em 1986, disputou, sem sucesso, a eleição para o Senado, sendo a mais votada na capital. Em 1988, candidatou-se à prefeitura de Goiânia e foi derrotada. Em 1990, conseguiu seu primeiro mandato eletivo na Câmara Federal. Vota com a bancada-ruralista. Na legislatura 1991-1994, a deputada votou a favor das medidas provisórias do Plano Collor que trataram das regras para desindexação da economia e para preços e salários. Na segunda fase da legislatura, votou favoravelmente ao impeachment de Collor, ao reajuste dos salários dos deputados, ao redutor para salários, ao fim da correção da dívida agrícola, ao Fundo Social de Emergência. Votou contra o salário mínimo de 100 dólares previsto para 1995, o aumento do imposto de renda para pessoa física e o fim do voto obrigatório. Na legislatura passada atuou na bancada feminina.

Marilu Guimarães (PFL/MS); Jornalista

Foi a candidata mais votada do PFL e elegeu-se pela coligação PPR/PDT/PTB/PFL/PP. Pertence à bancada-verde e atua junto com a bancada-saúde. Sua carreira política iniciou em 1986, quando foi eleita deputada estadual. Em 1988, a deputada tornou-se vice-prefeita de Campo Grande - MS. Em 1990, recebeu a segunda maior votação do Mato Grosso do Sul para a Câmara dos Deputados, sendo a primeira mulher a representar o estado no Congresso. Como deputada estadual constituinte, Marilu presidiu a Comissão da Ordem Econômica e Social e criou a Comissão Especial dos Direitos da Mulher. Presidiu o Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, entidade de assistência social sem fins lucrativos e promoveu, no Estado, uma campanha de prevenção do câncer da mama. No Congresso Nacional, Marilu Guimarães votou a favor do impeachment de Collor, da criação do IPMF, do fim da correção para dívidas agrícolas, do Fundo Social de Emergência e do fim do voto obrigatório. Presidiu, na legislatura de 1991-1994, a CPI que investigou a Prostituição e Exploração Infante-Juvenil. Integra o Conselho Consultivo do Programa Diretos da Mulher na Lei e na Vida.

Marinha Raupp (PSDB/RO); Psicóloga e Professora

Elegeu-se pela coligação PMDB/PSDB. Casada com o governador de Rondônia, Valdir Raupp, Marinha é a terceira representante do PSDB na bancada federal de Rondônia. Novata entre os tucanos - filiou-se ao PSDB em 1994 -, esteve vinculada ao PMDB por oito anos: desde 1986 a 1994. Em

Rondônia, foi professora na cidade de Rolim de Moura. Formou-se em Psicologia na Unesp de Assis (SP), cidade onde fez a maioria de seus cursos de especialização e participou de seminários e reuniões sobre psicologia infantil, sua especialidade.

Marisa Serrano (PMDB/MS); Professora e Pedagoga
Vereadora de Campo Grande entre 1977 e 1982, licenciou-se em 1980 para assumir a Secretaria de Educação do Estado. No PMDB desde 1993, já integrou a Arena, PDS, PFL e PST. Foi a segunda candidata a deputada mais votada do Estado e da Coligação PMDB/PL/PSB/PCdoB. Fora do PMDB, presidiu a Arena regional em 1980 e integrou a Executiva do PFL no Estado entre 1986 e 1989. Professora licenciada da Universidade Estadual, é a segunda vice-presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Campo Grande.

Marta Suplicy (PT/SP); Psicóloga, Sexóloga e Professora

Promete sacudir a Câmara tratando de temas considerados tabus no País, entre os quais a Aids, o homossexualismo e o aborto. Admite colaborar com o governo no que julgar importante para o País. Tem seis livros publicados. Tornou-se conhecida como sexóloga nos anos 80. Durante oito anos, falou sobre sexo no programa TV Mulher, da Rede Globo. Psicanalista pós-graduada pela Sociedade Brasileira de Psicanálise. Deve integrar as bancada-saúde e pretende trabalhar pela viabilização da contratação de médicos e enfermeiros para as dezenas de postos ociosos do País. Deverá integrar as bancadas feminista e saúde.

Raquel Capiberibe (PSB/AP); Professora

Eleita pela coligação PDT/PT/PSB/PV/PCdoB, Raquel Capiberibe retorna ao Congresso após uma legislatura afastada da Câmara dos Deputados, onde deverá integrar, novamente, a bancada-educação. Ex-Constituinte e de perfil de esquerda, a parlamentar já foi considerada a mais progressista da bancada do Amapá. Suas principais bandeiras são a defesa do ensino, saúde, causas feministas e a estatização da economia. Raquel Capiberibe foi secretária municipal de educação em Macapá e eleita vice-prefeita, em 1985. Em 1986, foi eleita deputada federal pelo PMDB. Considerou a atuação do partido muito moderada dentro do Congresso, por isso, transferiu-se para o PSB. Na Constituinte, sua atuação se voltou para as conquistas democráticas e sociais. Foi atuante na bancada-feminina e lutou pela reforma agrária. Defendeu a questão indígena apresentando propostas para que fossem assegurados aos índios os mesmos direitos concedidos aos demais grupos étnicos. No plano econômico, votou a favor da nacionalização do subsolo, da proteção a empresa nacional e do tabelamento dos juros. Defendeu, ainda, a educação pública e gratuita em todos os níveis.

Rita Camata (PMDB-ES); Jornalista

Mais uma vez, Rita Camata é a campeã de votos no Espírito Santo. Sua principal bandeira, como ex-Constituinte foi a defesa dos direitos da mulher e da criança. Assumiu todas as propostas feministas, com excessão do aborto. Recebeu nota 8,25 do DIAP. Na legislatura 1991-1994, Rita Camata presidiu a CPI do Extermínio de Crianças e Adolescentes, que teve repercussão internacional. Atuou também nas questões relativas ao Meio Ambiente. Já no governo Collor, foi relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente. É autora do projeto que limita em 60% os gastos do governo federal com pessoal. Alinha-se com a bancada-previdência. Integra o Conselho Consultivo do Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida.

Sandra Starling (PT/MG); Advogada e Professora

Foi a primeira mulher a candidatar-se ao governo de Minas, em 1982. Em 1985 foi candidata à vice-prefeita de Belo Horizonte. Não se elegeu para nenhum dos dois cargos. Fundadora do PT e uma das autoras do estatuto do partido, Sandra Starling foi eleita para a Câmara Federal em 1990, depois de ter cumprido dois mandatos estaduais. Nos anos 70, integrou o Comitê Brasileiro pela Anistia. Como funcionária da Petrobrás, foi uma das fundadoras do Sindicato dos Petroleiros de M.G. É favorável a descriminalização do aborto e defende que, o atendimento, no caso, deveria ser feito pelo SUS. Alinha-se com a bancada-saúde, bancada-sindicalista, bancada-educação e bancada-feminista. Presidiu a CPI que investigou a violência contra a mulher. Integra o Conselho Consultivo do Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida.

Simara Ellery (PMDB/BA); Professora

É a única mulher em toda a bancada baiana nesta legislatura. É estreante na política partidária. É responsável pelo programa de mutirões em Camaçari, que ergueu de 1992 a 1994, 400 casas populares. Pretende lutar pelos direitos das mulheres, mas não integra os movimentos feministas, que considera agressivos. Tem um ponto em comum com as propostas do senador Antonio Carlos Magalhães: vai defender o fim da imunidade parlamentar.

Socorro Gomes (PCdoB/PA); Professora

Representante paraense das correntes mais à esquerda da Câmara e do Congresso, chega ao segundo mandato determinada a continuar trabalhando em favor dos menos favorecidos. Sua militância política começou nos movimentos de mulheres, tendo sido vice-presidente Norte da União Brasileira de Mulheres, e integrante da Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, destacando-se na bancada-feminista no Congresso Nacional. Única deputada comunista do Estado, seu público alvo permanece entre o operariado da construção civil, feirantes e posseiros. Também é influente nas associações comunitárias, onde trabalha há anos. Integra o Conselho Consultivo do Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA.

Telma de Souza (PT/SP); Advogada e Pedagoga

Ex-prefeita de Santos, defende a descentralização de verbas públicas, a reforma tributária e a agrária, bem como o fim do apartheid social no Brasil. Pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante sua gestão na Prefeitura santista, principalmente nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e cultura. Entrou na política como vereadora em 1982. Eleita deputada estadual em 1986 e prefeita dois anos depois. Vai integrar a bancada-feminista.

Teté Bezerra (PMDB/MT); Enfermeira e Empresária

Teté foi a única candidata do PMDB a ser eleita pelo Mato Grosso. Sua popularidade é atribuída ao trabalho social realizado no Estado durante o período em que foi primeira-dama. Em decorrência de sua formação profissional deve integrar a bancada-saúde. Filiada ao PMDB desde 1976, já foi delegada dos diretórios municipal e estadual do partido.

Vanessa Felipe (PSDB/RJ); Estudante

Aos 22 anos, é a mais jovem deputada federal do Rio e a segunda mais-jovem do Congresso Nacional. Pretende dificultar o acesso dos ricos às universidades públicas. Promete ajudar os estudantes recém-formados a encontrar emprego. Também vai defender o voto distrital. A princesa Diana é um

de seus maiores ídolos femininos. Também gosta de ler a Bíblia e de escrever poesias. Ainda não tem opinião formada sobre a legalização do aborto. É contra a descriminalização da maconha.

Yeda Crusius (PSDB/RS); Economista e Professora

Ex-ministra do Planejamento, será defensora do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Congresso, onde vai engrossar a bancada de economistas. Parlamentarista e social-democrata, Yeda Crusius critica abertamente o neoliberalismo por achar que o Estado ainda tem muito o que fazer na vigilância da economia. No Ministério do Planejamento, de 28 de janeiro a seis de maio de 1993, Yeda defendeu a troca de moeda (na época chegou a falar em cruzeiro forte) e medidas para estabilizar a economia.

Zila Bezerra (PMDB/AC); Professora

Reeleita pelo PMDB. É a favor da abertura de uma rodovia para ligar o Brasil ao oceano Pacífico, passando pelo Peru. Define-se como parlamentarista e social-democrata. É contra a reeleição do Presidente da República. No primeiro mandato Zila ajudou a aprovar o impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Votou a favor do aumento dos salários dos parlamentares mas foi contra o salário-mínimo de US\$ 100,00

até 1995. É oficial de chancelaria do Itamaraty. Foi secretária extraordinária da Representação do Acre em Brasília de 1987 a 1990.

Zulaiê Cobra (PSDB/SP); Advogada

Integrante da bancada-feminista, é uma das fundadoras do PSDB em São Paulo. Eleita para seu primeiro mandato com maioria de voto das mulheres. Promete lutar pelo fim da violência no País. Foi ligada a grupos de defesa dos direitos humanos. Advogada criminalista, em 1992 conseguiu se eleger vereadora em São Paulo. Antes de se filiar ao PSDB em 1988, esteve vinculada ao PMDB de 1986 a 1988. Integra o Diretório Regional do PSDB desde 1991. Conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo em 1983, também atuou como conselheira do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, em 1987. Integrou ainda a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB e a Comissão de Acompanhamento da Constituinte da mesma OAB, ambas em Brasília. Primeira mulher conselheira da OAB em todo o País, foi a redatora do Decreto nº 23.769/85, que criou a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Integrante do Conselho Consultivo do Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida desenvolvido pelo CFEMEA no Congresso Nacional.

Perfis das Senadoras

Benedita da Silva (PT/RJ); Assistente Social e Professora

Chega a seu primeiro mandato como senadora disposta a continuar lutando contra a discriminação social e racial, e em defesa das causas feministas. Quer investir em questões como o Estatuto do Índio, direito racial, educação sem discriminação e segurança dos grandes centros urbanos do País. Primeira senadora negra, é ex-favelada e ex-empregada doméstica. A implantação do Conselho Federal de Segurança também é uma de suas metas. Evangélica, pertence à Assembléia de Deus. Em 1990, foi a deputada federal mais votada do PT estadual, com quase o dobro dos votos com que se elegeu deputada em 1986. Ex-constituente, recebeu nota DEZ do Diap. Votou contra todas as propostas econômicas do ex-presidente Fernando Collor e a favor do impeachment. É contra as medidas provisórias em qualquer situação. Favorável à manutenção do atual sistema previdenciário público, também quer que o ensino superior público continue inteiramente gratuito. Presidiu a CPI que investigou a esterilização em massa de mulheres. Membro do Conselho Consultivo do Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA.

Emília Fernandes (PTB/RS); Professora

Primeira mulher gaúcha a chegar ao Senado, além de ser, também, a primeira a disputar o cargo no Rio Grande do Sul. Política até pouco tempo restrita à sua base eleitoral, Santana do Livramento, Emília ganhou destaque defendendo o salário do magistério estadual como integrante do Centro dos Professores (CPERS-Sindicato), o mais forte sindicato gaúcho, e combatendo o calendário rotativo das escolas - implantado pela primeira dama e secretária da Educação do governo Collares (PDT), Neuza Canabarro. No Congresso Nacional pretende integrar a bancada-educação, da bancada-feminista e da bancada-sindicalista. É secretária-executiva do grupo internacional Mulher Livre e presidente do PTB de Santana do Livramento.

Júnia Marise (PDT/MG); Jornalista e Advogada

Cumpriu dois mandatos na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, e em 1975 se elegeu deputada estadual pelo PMDB. Foi duas vezes deputada federal (1979-1983 e 1983-1986) e logo em seguida foi eleita vice-governadora, na chapa de Newton Cardoso. Foi a primeira mulher a governar os

mineiros por breve período, quando o governador Newton Cardoso estava em viagem para o exterior. Ainda no PMDB, Júnia Marise apoiou Fernando Collor no primeiro turno das eleições de 1989, abrindo caminho para se filiar ao PRN, disputar e ganhar a vaga de senadora. Depois do impeachment, ela mudou novamente de partido e hoje é do PDT. Vai cumprir mais quatro anos de mandato e foi escolhida líder da bancada do PDT no Senado - a primeira mulher a ocupar esta função no Congresso.

Marina Silva (PT/AC); Seringueira e Professora

Campeã de votos no Acre é a mais jovem senadora da República, eleita aos 36 anos, promete trabalhar no Senado para acabar com a fome, distribuir melhor a renda no país, elevar os níveis de investimento na Educação, e rever a política de desenvolvimento do estado. Defende o desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia, com a preservação da floresta e crescimento com base nas reservas extrativistas. Saiu do sindicalismo, para ser a vereadora mais votada, 2.600 votos, e a primeira eleita pelo PT em Rio Branco. Iniciou a atividade política nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Na faculdade chegou ao PT pela tendência radical Partido Revolucionário Comunista, o extinto PCR. A oposição no sindicato dos professores, levou-a à vice-coordenação da CUT, quando o coordenador era o líder seringueiro Chico Mendes. Participou, com Mendes, de várias lutas, quando famílias inteiras sentavam-se no seringal para impedir a derrubada da floresta. Declara-se feminista, sem ser militante.

Marluce Pinto (PTB/RR); Empresária

Marluce Pinto iniciou na vida pública quando Roraima ainda era território (1982-1986). Em 1983 foi eleita presidente do PTB no território. Elegeu-se para a Câmara dos Deputados em 1986. Ex-Constituente, teve uma atuação discreta em sua primeira passagem pelo parlamento. Trabalhou pela transformação dos Territórios em estados. Elegeu-se senadora em 1990 com 20.147 votos. Tem, portanto, ainda quatro anos de mandato. Integra o Conselho Consultivo do Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA.

Agenda

ACONTECE

Campanha contra prostituição - No último mês de dezembro, foi lançada a "Campanha nacional de combate à prostituição infanto-juvenil e ao sexo-turismo". A Campanha já conta com o apoio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, CNBB, OAB, Caritas, Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, CUT, Agência Emaus e Agência ABC, entre outras. O lançamento oficial da Campanha está previsto para o próximo dia 24 de maio, em Brasília, bem como a instalação do telefone "Diskdenúncia". Maiores informações podem ser obtidas com a coordenação nacional da Campanha: Rua Ezequias Pegado, 1.026/A, Tirol, CEP 59014-240, João Pessoa/PB; fone (084) 221.4711; fax (084) 211.2128.

Prostituição e saúde - A Articulação de Mulheres do Pará promoveu em dezembro último o seminário "Violência, Prostituição e Tráfico de Mulheres", preparatório à Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Pequim'95. No período de 9 a 11 de abril, será realizado um outro seminário no Pará sobre saúde e direitos reprodutivos. Interessadas em participar do seminário devem entrar em contato com o Conselho Municipal da Condição Feminina, Avenida Nazaré, 708, CEP 66035-170, Belém, PA, fone (091) 225.2176, fax (091) 246.0280.

ACONTECEU

Encontro de gays e lésbicas - O I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS - I EBGL-AIDS e o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (VIII EBGL) aconteceu em Curitiba, Paraná, dias 26 e 27 de janeiro e de 28 a 31 de janeiro, respectivamente. Quem estiver interessado em obter mais informações sobre estes dois eventos pode entrar em contato com a Comissão Organizadora através da Caixa Postal 1095, CEP 80001-970, Curitiba, PR, ou ainda pelo fax (041) 232.9829 e 222.3999.

Livro de Lindgren - O diplomata José Augusto Lindgren, Secretário Executivo do Comitê Nacional encarregado da preparação do Brasil para a Conferência de Pequim sobre a mulher, acaba de lançar pela Editora Perspectiva, o livro "Os Direitos Humanos como tema Global", de interesse para o movimento feminista. Nele se discorrem os instrumentos e mecanismos existentes na esfera internacional para promover e proteger os direitos humanos, assim como as dificuldades e conflitos subjacentes a seu estabelecimento, com a atenção necessária e imprescindível aos direitos da mulher, hoje em dia,

mais do que nunca, incorporados aos direitos fundamentais de qualquer povo. Ao falar sobre os desdobramentos da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993) Lindgren ressalta a ênfase dada aos direitos humanos das mulheres, no âmbito multilateral, o que levou à adoção da Declaração sobre a Violência contra a Mulher durante a XLVIII Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1993, e, no sistema interamericano, à aprovação da Convenção Interamericana para "Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher". O diplomata sublinha a importância da realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Pequim'95, que tem mobilizado, durante seu processo preparatório, setores diversos das esferas governamental e não-governamental, na discussão sobre as questões relativas ao status da mulher em todas as sociedades.

Mujer/Fempres - Está circulando mais um número da revista "Mujer/Fempres", editado pela Rede de Comunicação Alternativa da Mulher. Este número traz vários artigos sobre a Conferência Internacional de Pequim'95. Pedidos de exemplares especiais ou de assinatura da revista podem ser feitos no seguinte endereço: Mujer/Fempres, Especial Desenvolvimento Social, Rua Ribeiro de Almeida, 14/301, CEP 22240-060, Rio de Janeiro/RJ.

Negros na música - A União de Negros Pela Igualdade de São Paulo - Unegro, realizou no final do ano o projeto "A história da luta do negro contra o racismo através da música" e o seminário "Estratégias de luta contra o racismo". Para manter atualizado o cadastro dos filiados à entidade e de todas as pessoas interessadas em receber material informativo, a Unegro solicita que enviem correspondência para o seguinte endereço: Unegro, Caixa Postal 65.062, CEP 01390-970, São Paulo/SP.

Boletim da CCR - A Comissão de Cidadania e Reprodução lançou o "Boletim Série Debates nº 2", que sintetiza os principais pontos da Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento, convocada pela ONU e realizada no mês de setembro do ano passado, no Egito. Interessados em adquirir o boletim devem encaminhar pedido em nome da Comissão de Cidadania e Reprodução na Rua Morgado de Mateus, 615, Bairro de Vila Mariana, CEP 04015-902, São Paulo, SP, fone (011) 574.0399, fax (011) 572.8905 e mail CCCR@ax.apc.org.

Cartilha - O INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos lançou a cartilha "A ação cidadã na nova realidade política brasileira". Trata-se de um texto básico sobre as novas relações entre governo e sociedade civil organizada. A cartilha pode ser solicitada ao INESC no seguinte endereço: SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Salas 433/441- Supercenter Venâncio 2.000, CEP 70333-970, Brasília/DF.

Governo

Mulher no Poder

Três mulheres ocupam cargos de destaque no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. São elas: Dorothea Werneck, titular do Ministério da Indústria e Comércio, Ana Maria Peliano, que assumiu a Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária, ligado à Casa Civil, portanto, subordinado diretamente à Presidência da República, e Luíza Nagib Eluf, titular da Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania, órgão do Ministério da Justiça.

Entretanto, o governo ainda não definiu as diretrizes do Programa para a Igualdade e Direitos da Mulher, idealizado pelo movimento de mulheres em moldes semelhantes ao do Programa Comunidade Solidária. Mesmo assim, estamos confiantes que a demanda das mulheres terá total apoio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que considerou esta questão como prioritária em seu Programa de Governo, durante a campanha eleitoral.

A senadora e feminista Eva Blay (PSDB/SP), que reassumiu no Senado Federal - até o dia 31 de janeiro, a vaga deixada pelo seu antigo titular, o próprio Fernando Henrique, está negociando, com o apoio de organizações de mulheres, a implantação deste novo Programa com interlocutores destacados pelo Poder Executivo. Em reunião com o Ministro Clóvis Carvalho no último dia 27, a Senadora foi informada que a proposta do Programa precisa ser muito discutida dentro do governo e que é impossível sua adoção já na reedição da Medida Provisória - da Reforma Administrativa, marcada para o dia 1º de fevereiro. Portanto, o movimento de mulheres precisa estar atento e mobilizado.

Fêmea Pequim' 95

Articulação

IV Reunião Nacional

Muitos preparativos e trabalho para que tudo corra bem antes e durante a IV Reunião Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras para Pequim'95, confirmada para os dias 28 e 29 deste mês de janeiro em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A Articulação de Mulheres Gaúchas- Pequim'95, que está organizando a reunião, avisa que o local do encontro foi confirmado para a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, na Rua Dr. Vicente de Paula Dutra nº 236, telefone (051) 224.2000. Apesar da falta de recursos para bancar a viagem e a hospedagem, os seguintes estados já confirmaram presença: Ceará, Acre, Mato Grosso, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Pará, Goiás, São Paulo e Pará, além do Distrito Federal e das companheiras que integram a Secretaria Executiva da Articulação. As representantes dos estados do Espírito Santo e de Rondônia estão enfrentando problemas para comparecer ao encontro e ainda não confirmaram sua participação. O movimento de mulheres de Santa Catarina, Amazonas, Amapá, Piauí, Bahia e Tocantins não havia fornecido informações à Secretaria Executiva, sobre sua participação ou não, até o último dia 24. O Rio Grande do Norte não terá representante nesta IV Reunião Nacional. A pauta do encontro é a seguinte:

- 1- Informes dos Estados;
- 2- Discussão sobre o Prepcom/Plataforma de Ação e os documentos oficial e paralelo;
- 3- Financiamentos;
- 4- Dinâmica da Conferência de Mulheres Brasileiras para Pequim'95;
- 5- Análise preliminar das propostas enviadas para inclusão no documento paralelo e que serão sistematizadas por uma comissão especialmente formada para este fim;
- 6- Outros pontos sugeridos.

Para mais informações, contatos com a Secretaria Executiva da Articulação Nacional no seguinte endereço: Rua Plameiras, 90, Botafogo, CEP 22270-070, Rio de Janeiro/RJ, fone (021) 246.0788; fax (021) 286.1209.

Agenda PEQUIM'95

- 15 de dezembro de 94 - Encerrado o prazo de apresentação de projetos à Secretaria Executiva, pelos estados, solicitando financiamento para atividades relacionadas à Pequim'95.
- 28 e 29 de janeiro - IV Reunião do Comitê Nacional, em Porto Alegre/RS.
- 6 a 12 de março - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, convocada pela ONU, em Copenhague, Dinamarca.
- 9 a 24 de março - Consulta às ONGs, em Nova Iorque.
- 15 de março a 4 de abril - PrepCom Oficial, em Nova Iorque.
- 31 de março - Data limite para o envio de contribuições ao texto do movimento autônomo de mulheres para o encontro paralelo da Conferência Internacional.
- 27 de abril - Prazo para a Comissão de Sistematização reunir as contribuições recebidas e preparar um texto único.
- 29 e 30 de abril - V Reunião do Comitê Nacional, em São Paulo/SP.
- 18 de maio - Reunião prévia à Conferência Nacional, no Rio de Janeiro/RJ.
- 19, 20 e 21 de maio - Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras Rumo à Pequim'95, no Rio de Janeiro/RJ.
- 30 de agosto a 8 de setembro - Fórum de ONG's, em Pequim, China
- * 4 a 15 de setembro - IV Conferência Internacional sobre a Mulher, em Pequim/China.

Amazonas

Reunião de Mulheres

Pouco antes das festas de fim de ano, em 17 de dezembro, as mulheres da Região Norte realizaram o seminário "Avaliação da Década e Perspectivas de Ação para as Mulheres do Amazonas", no auditório da FES - Faculdade de Estudos Sociais. Como resultado do encontro, foi constituído um grupo para acompanhar e participar das discussões sobre a Conferência Internacional de Pequim'95, criado um painel com elementos que representavam as experiências e as dificuldades vividas pelas mulheres amazonenses e suas expectativas em relação à equidade nas relações de gênero.

Durante o seminário também foram discutidos diversos projetos de lei em tramitação no Congresso que dizem respeito a problemas e anseios vividos pelas mulheres como, por exemplo, a união estável e o planejamento familiar. Ao final do seminário, ficou claro para as amazonenses que "é hora de nos urnirmos em prol de nossos direitos e contribuirmos para a construção de uma nova sociedade".

Interessadas em obter os anais do encontro, que se encontram em fase de redação final, podem entrar em contato com Kátia Cruz, na FASE, através do fone/fax nº (092) 671.6121.

Mulher Negra e Pequim 95 – da Informação à Ação
Geledés - Instituto da Mulher Negra



SAÚDE DA MULHER NEGRA

A busca de um novo enfoque de compreensão

• Fátima Oliveira

As mulheres negras latino-americanas e caribenhas presentes ao painel Balanço e Perspectiva para o III Milênio, organizado do Geledés no Fórum de Mar del Plata, Argentina, estão convencidas que devemos concentrar nossas energias para que a ONU, em Pequim, ao abordar a saúde da mulher, inclua todas as nuances que o recorte racial impõe na produção das enfermidades: do racismo às doenças raciais/étnicas. O mesmo propósito vale para as preparatórias brasileiras estaduais e nacional.

O Ministério da Saúde, em 1985, incorporou à sua "lista de intenções" o PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que até hoje é apenas "uma boa intenção". Foi parcialmente implantado em alguns estados, com inúmeras distorções práticas e filosóficas, e em outros não chegou a

entrar nas pautas de discussões das Secretarias Estaduais de Saúde. Não conseguimos incluí-lo como um direito na constituição de 1988, e não consta no Programa de Ação do SUS (Sistema Único de Saúde).

O PAISM ainda é nossa grande bandeira e um sonho muito acalentado por nós. Este é um ponto tão pacífico que até a indústria farmacêutica está refazendo "suas fórmulas" para adequá-las ao organismo feminino: são "os remédios para mulheres".

Mas, no Brasil, ainda causa "espanto" falar em saúde da mulher negra, talvez, até porque, quando da elaboração do PAISM esta ainda era uma discussão tímida e incipiente no Movimento Feminista e nós, as mulheres negras, ainda não possuíamos uma discussão mais elaborada.

Ainda não atingimos a compreensão da dimensão das

diferenças e diferenciais raciais/étnicos, da opressão de gênero e do racismo na manutenção, recuperação e perda da saúde, em uma sociedade classista.

Os argumentos a favor e contra o preenchimento da cor das pessoas nos dados de identificação pessoal são inúmeros. As acusações de postura racista partem de ambos os lados. Quando o item existe nos formulários, a negligência no seu preenchimento é a regra. Mesmo quando preenchido, por auto-declaração ou por observação do(a) profissional, não se sabe muito bem nem para que serve e nem o que fazer com ele.

Faltam dados confiáveis - em meio a estas polêmicas, os dados sobre a saúde da mulher negra brasileira são incipientes e a maioria das nossas "especialidades" (condições biológicas e doenças), são conhecidas por nós através dos dados de outros países.

Miomas em mulher negra

Estudos que demonstram que é alta incidência de miomas em mulheres negras. Segundo literatura médica norte-americana, a prevalência de miomas em mulheres negras é cinco vezes maior que nas brancas; e que é superior nas mulheres brancas judias do leste europeu que nas demais brancas:

A anemia falciforme é a doença genética mais comum do mundo. Acomete descendentes de africanos. Estima-se que existem no Brasil 50.000 (cinquenta mil) falcêmicos e 10.000.000 (dez milhões) de portadores de traço falciforme.

A hipertensão arterial é causa direta ou indireta de 12 a 14% das causas de todos os óbitos no Brasil. Estima-se que de 10 a 20% das pessoas adultas são hipertensas.

Não se sabe qual a causa da hipertensão arterial essencial. Sabe-se que resulta do somatório de fatores, tais como: predisposição biológica - portanto deve haver componente genético - associada a variáveis como sexo, idade, obesidade, maior ingestão de sal, stress, raça. Em geral é mais alta nos homens.

Todo cuidado é pouco com a supremacia da ótica biológica na prática médica dita ocidental, que se traduz particularmente na postura de capitulação diante de um suposto superpoder dos genes (fatalismo genético) e na conduta medicalizadora de modo excessivo, com destaque para as mulheres dos países pobres. Além da distorção de que o mercado da medicina e da indústria farmacêutica é o período reprodutivo da mulher.

É fundamental que estejamos alertas às novas teorizações e às reciclagens do chamado "racismo científico", estribado no biologicismo rasteiro, determinista e vulgar, tão antigo que é anterior à estruturação das ciências biológicas. Este alerta é essencial neste momento em que os debates sobre The Bell Curve (A Curva do Sino ou a Curva Normal) ainda estão "quentes". Volta a "moda científica racista" de dizer que a população negra é "burra", incapacitada para o "sucesso" e é arredia a uma boa qualidade de vida e que portanto é pura perda de tempo e de dinheiro elaborar e implementar políticas públicas para conferir maior dignidade e cidadania para negros. Vamos combater estas "mentiras científicas", fazendo política e fazendo ciência. Esta é uma boa hora.

• Médica, Assistente do Programa de Saúde Reprodutiva da Mulher Negra do Cebrap, diretora da UPMESP - União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo.

Pernambuco

Encontro Estadual

Em março, grande reunião em Recife

De 10 a 12 de março, acontece em Recife, Pernambuco, o "O Encontro Estadual de Mulheres em Preparação à Pequim'95", organizado pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco. O encontro é preparatório à "Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras Rumo à Pequim'95", marcado para o período de 19 a 21 de maio no Rio de Janeiro (leia artigo neste encarte).

Para orientar os grupos de mulheres de Pernambuco sobre a forma de participação nos encontros estadual e nacional, e os objetivos da Conferência Internacional, o Fórum daquele Estado elaborou amplo material explicativo que está sendo distribuído para todas as cidades onde existem grupos organizados de mulheres ou organismos interessados neste tema.

A publicação esclarece que a meta da IV Conferência Internacional sobre a Mulher é construir uma plataforma de ação estratégica para eliminar as desigualdades entre homens e mulheres e acelerar as condições de igualdade para as mulheres, de acordo com os temas selecionados pelas Nações Unidas (ONU): Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. O tema central da Conferência visa orientar os Estados membros da ONU sobre ações e políticas voltadas a combater as desigualdades de gênero. O resultado prático deste encontro internacional deverá ser a adesão e a assinatura dos países às recomendações da ONU para a nova década e o acompanhamento das organizações sobre a atuação de cada país-membro.

Projeto Beijing

Para cumprir a agenda de Pernambuco, o Fórum definiu o "Projeto Beijing I", que objetiva: escrever coletivamente o documento da mulher pernambucana, isto é: fazer uma "avaliação de ação política desenvolvida pelas mulheres" e realizar o "Encontro Estadual" para registrar as conclusões e expressar as propostas das mulheres pernambucanas à Conferência Nacional.

Em Recife e Região Metropolitana, o movimento de mulheres tem sua origem no final da década de 70, com a formação de grupos de reflexão, quando as mulheres reuniam-se para discutir suas dificuldades e interesses políticos, num período marcado pela ditadura militar. Provavelmente, o grupo mais antigo seja a Ação Mulher. No início da década de 80 (ou meados dos anos 80), este grupo deu origem a várias outras organizações, que buscaram formas específicas de militância, como o SOS-Corpo, por exemplo.

Hoje, o movimento de mulheres está presente em dezenas de municípios pernambucanos, com objetivos diversos e múltiplas formas de organização. No livro "Porquê Trabalhar com Mulheres", editado em 1990, foram relatadas importantes atividades desenvolvidas com mulheres rurais e urbanas. São experimentos já de certo tempo e que o Fórum

de Pernambuco pretende atualizar, documentando, portanto, atividades mais contemporâneas, nem sempre do conhecimento do coletivo de mulheres, tanto no Brasil como no exterior. Assim, a intenção é mostrar ao público em geral e, em especial, aos governos, o que está sendo feito para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia e garantir a plena cidadania, eliminando as desigualdades de gênero.

Pauta do Seminário em Recife

Dia 10

Abertura, às 19 horas, com exposição e debate sobre a Conferência Internacional de Pequim'95.

Dia 11

Durante a parte da manhã, exposição e debates sobre o documento oficial do governo brasileiro, preparado através do Comitê Nacional convidado pelo Itamaraty, e das propostas para inclusão no documento das mulheres de organizações não governamentais (ONGs). À tarde, discussão sobre a sistematização dos textos apresentados pelos grupos de estudo.

Dia 12

Na parte da manhã, conclusões do Encontro, recomendações para Conferência Nacional, com a fixação de critérios para a participação das interessadas, e redação de propostas que serão enviadas para o governo brasileiro.

Inscrições

As inscrições para o Seminário de Pernambuco devem ser feitas até o dia 25 de janeiro e endereçadas para o SOS-Corpo na Rua Major Codeceira, 37, Santo Amaro, CEP 50100-070, Recife/PE; fone (081)221-3018; fax (081)221-3947.

Além do Seminário, o Fórum de Pernambuco também agendou uma reunião de trabalho para o período de 13 a 30 de março, quando será elaborado o Documento das Mulheres de Pernambuco à Conferência Nacional, no Rio de Janeiro; e de 2 de abril a 15 de maio, uma série de reuniões preparatórias com vistas à participação das mulheres pernambucanas na Conferência Nacional.

Pará

Mulher cidadã

Mulheres do nordeste do estado preparam o 8 de Março

O "I Congresso das Mulheres do Nordeste Paraense - A Mulher Rumo à sua Cidadania" será realizado nos próximos dias 11 e 12 de fevereiro em Capanema, Pará, organizado pelo GAM - Grupo de Apoio às Mulheres, com auxílio da FASE e SACTES. Para tanto, estão sendo realizados diversos encontros municipais para a escolha das representantes que participarão desse Congresso. Um deles, aconteceu na cidade de Abaetetuba, no Sítio Laranjal, de 9 a 11 de dezembro, tendo como tema central "Violência Doméstica e Sexual, Prostituição e Tráfico de Mulheres e Violência contra Meninas (os) de Rua". Além da escolha das representantes, o encontro de Abaetetuba teve como objetivo definir pontos para o documento que as ONGs levarão à Conferência de Pequim'95, este encontro foi organizado pela Articulação de Mulheres Pará-Beijing'95.

Este também é o objetivo do Congresso de Capanema, que discutirá diversos temas resultantes de pesquisa aplicada entre as mulheres urbanas e rurais dos municípios de Ouré, Nova Timboteua e Mãe do Rio. A partir do diagnóstico realizado, as comissões de mulheres do Nordeste paraense pretendem fixar as bandeiras de luta do movimento; elaborar o calendário anual de lutas pela conquista e a consolidação da cidadania real das mulheres; ter uma inserção maior na luta geral das trabalhadoras (es); e agendar as comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março), quando será distribuída uma cartilha com as deliberações do I Congresso, e realizado um festival cultural.

O que mostra o diagnóstico

A pesquisa aplicada no Nordeste do Estado do Pará pelo GAM ouviu 207 mulheres rurais e urbanas com menos de 30 anos à 45 anos de idade. Entre outras importantes informações, a pesquisa mostrou que a maioria das mulheres têm menos de 30 anos e reside na área rural.

Escolaridade

As mulheres da cidade frequentaram a escola por mais de cinco anos, enquanto que as rurais apenas quatro. As que possuem menos de 30 anos de idade são as que estudaram por mais tempo; grande parte das mulheres mais velhas são analfabetas. A evasão escolar tem a ver com o excesso de trabalho.

Saúde

Se a família mora na cidade, é a mulher quem toma as providências necessárias em relação aos cuidados com saúde. O homem, se for do meio rural, participa mais, principalmente entre os casais mais jovens. Mas esta situação não se repete com o homem urbano. As mulheres mais velhas recorrem à medicina caseira, enquanto as mais jovens procuram auxílio médico. O diagnóstico identificou que as mulheres, em geral, não têm consciência que o oferecimento de serviços de saúde é um dever do Estado e, por isto, não reivindicam seus direitos. A sexualidade ainda é um assunto que merece maior atenção, já que a falta de informações é grande e os maridos/companheiros não aceitam as orientações sobre planejamento familiar.

Lazer

As mulheres rurais se divertem mais do que as da cidade, indo a festas, bailes, nadando nos rios ou frequentando bares. As mulheres até 30 anos de idade são as que encontram

mais opções de lazer.

Família

Quase todas as mulheres com mais de 30 anos de idade são casadas. As que têm 45 anos possuem, em média, oito filhos, sendo que a metade deles ainda reside na casa materna.

Trabalho

A maioria das mulheres da cidade, 66,4%, possuem renda própria, quer seja com vendas, emprego ou aposentadoria. No meio rural, este percentual é de 42,5%. A medida em que as mulheres ficam mais velhas, aumenta o acesso à renda própria, principalmente com a aposentadoria. Os homens só ajudam nas tarefas quando querem, tanto no meio rural como urbano.

Organização

Das mulheres rurais entrevistadas, 61,7%, participam de atividades comunitárias, mas apenas 4 em cada 10 mulheres estão envolvidas de forma orgânica com alguma associação e muito poucas, 2,6%, integram associações de trabalhadoras(es) rurais, apesar de um número bem maior, 19,2%, serem filiadas ao sindicato.

Mais informações sobre o I Congresso das Mulheres do Nordeste Paraense podem ser obtidas junto ao GAM/FASE, na Avenida Presidente Médici, 1.992, Capanema, Pará, CEP 68700-050; fone/fax nº (091) 821.1716.

Contatos com a Articulação de Mulheres do Pará-Beijing'95 podem ser feitos na Av. Nazaré, 708 - CEP 66035-170, Belém. Fone/fax (091)225-1211 ou 246-0280. Com Nilza Souza.

Projetos

Alguns já são lei

Projetos de lei do interesse do movimento de mulheres foram votados e sancionados no final da última legislatura. Portanto, já são lei. Outros, porém, continuam tramitando nas comissões técnicas ou foram enviados à Mesa Diretora do Senado ou Câmara para apreciação. São, aproximadamente, 50 projetos do interesse do movimento de mulheres que não foram arquivados ao término da legislatura (1991/94) porque já se encontravam em tramitação avançada.

Entre estes destaca-se o projeto que regulamenta o Planejamento Familiar que, embora estivesse pronto para ser votado pelo Plenário do Senado, não teve chances de entrar em pauta. Entre vários resultados importantes a que chegou-se nos últimos dois meses destacamos:

1- Proposta do então senador Marco Maciel (PFL/PE) estabelecendo normas para o uso das técnicas de engenharia genética, construção,

manipulação, circulação e liberação de moléculas de DNA (Ácido Desoxirribonucleico). Em resumo, a nova lei determina diversos tipos de normas, inclusive as que digam respeito à comercialização, liberação e descarte de organismos geneticamente modificados (OGM), visando proteger a vida e a saúde do homem, dos animais, das plantas e do meio ambiente, de um modo geral. Aprovado com alguns vetos, a matéria se transformou na Lei nº 8.974/95, tendo sido publicada no Diário Oficial da União (DOU) do último dia seis de janeiro.

2- Já é lei a proposta que previa a construção de creches e estabelecimentos de pré-escola em conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), de autoria da deputada Marilu Guimarães (PFL/MS), e recebeu o nº 8.978/95. A íntegra do texto da nova lei foi publicada no DOU de 10 de janeiro.

3- Outra proposta que virou lei,

recebendo o nº 8.952/94 e publicação no DOU do dia 14 de dezembro último, tendo como origem Mensagem do Poder Executivo, altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre os processos de conhecimento e o cautelar. Em resumo, esta lei estabelece que o cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que tratem sobre direitos reais imobiliários.

4- Também já é lei a proposta de autoria do então senador Nelson Carneiro (PP/RJ), que regula o direito da companheira a alimentos e à sucessão. O texto que virou lei é a versão original do senador. A nova lei recebeu o nº 8.971/94 e foi publicada no DOU do último dia 30 de dezembro. O projeto de Nelson Carneiro havia sido aprovado na íntegra pelo Senado; remetido à Câmara para apreciação foi transformado em substitutivo, que acabou rejeitado.

Vitória

Emprego doméstico

Ponto para a categoria das(os) empregadas(os) domésticas(os). Depois de muita negociação com os parlamentares e de contar com a intermediação de assessorias especializadas, a classe conseguiu que o senador Jonas Pinheiro (PTB/AP) alterasse seu parecer sobre o Projeto de Lei que disciplina o trabalho doméstico, preparando um texto substitutivo que contempla as reivindicações do conjunto dos trabalhadores, ainda no final do mês de dezembro - um período em que não acontece quase nada no Congresso Nacional. O relatório está para ser apreciado a qualquer momento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Aprovado no Senado, o projeto deve ser remetido à Câmara para aprovação da nova versão e remetido novamente à Câmara para aprovação da nova versão.

Nos bastidores da negociação, a participação decisiva dos senadores Juthay Magalhães (PSDB/BA) e Eduardo Suplicy (PT/SP) que se dispuseram a colaborar na redação da proposta substitutiva junto com Jonas Pinheiro, que acatou as reivindicações encaminhadas ao Congresso desde 1989 pela categoria. De igual forma importante foi a atuação das deputadas Benedita da Silva (PT/RJ) e Fátima Pelaes (PFL/AP) que participaram de todas as negociações realizadas no Senado Federal, especialmente junto ao relator, Senador Jonas Pinheiro, o que resultou numa proposta alternativa satisfatória para a categoria ainda nesta legislatura, que encerra no próximo dia 31 de janeiro. Caso não dê tempo para a aprová-lo até esta data, o projeto, necessariamente, continuará tramitando na CAE na nova legislatura.

Neste atarefado trabalho desenvolvido nos bastidores do Congresso, o CFEMEA, como organismo de assessoria técnica especializada à disposição dos parlamentares e do movimento de

mulheres, acompanhou todas as etapas da negociação entre os parlamentares e a categoria e a tramitação do projeto nas Comissões. Aproveitamos para cumprimentar os parlamentares envolvidos diretamente nesta negociação, bem como o relator, que soube ouvir de forma democrática os anseios da categoria.

Os principais pontos do substitutivo são:

1- É considerado doméstico o serviço ou trabalho prestado na administração residencial que não importe benefício econômico para o empregador, e trabalhador doméstico aquele que presta serviços de auxiliar da administração residencial de natureza contínua e não lucrativa.

2- A regulamentação, em lei ordinária, dos direitos garantidos à categoria na Constituição Federal (artigo 7º, parágrafo único).

3- No caso em que se admita conjuntamente um casal, ou pai ou mãe com seus filhos, os salários devem ser convencionados de forma individual e pagos mediante recibos individualizados.

4- O empregador tem a obrigação de anotar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado doméstico, todos os elementos essenciais do contrato de trabalho, conforme dispuser o regulamento pertinente.

5- Ao empregador doméstico é assegurado descontar dos salários os custos de moradia e alimentação, quando efetivamente fornecidos.

6- São estendidos ao trabalhador doméstico os direitos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Seguro Desemprego.

7- É assegurada a estabilidade da empregada gestante, da confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto.

IMPRESSO



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF